



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº30 | ABRIL 2022 >>>

PONTE SOBRE O
RIO JORDÃO
Extensão: 30 m
Km 250,00

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

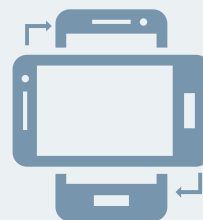
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Território de indígenas isolados na BR-319 está sem proteção há mais de quatro meses

10 Interior em Foco

- Coletivo de doceras do Careiro Castanho participa de feira de Páscoa em São Paulo

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

20 Diálogos da BR-319

- Observatório BR-319 apresenta resultados da nota técnica sobre o rio Manicoré

22 Ciência

- Repensar a bioeconomia na Amazônia

24 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Neste Informativo, buscamos explicar as pressões que a Terra Indígena Jacareúba-Katawixi, que abriga indígenas isolados, sofre e por que é tão importante que a Fundação Nacional do Índio (Funai) restitua a Portaria de Restrição de Uso que protege o território.

A matéria que fala sobre o assunto apresenta um mapa para que você possa visualizar melhor a situação e contextualizar a influência que a BR-319 exerce sobre a terra indígena. No mesmo texto, leia sobre a mais nova nota técnica produzida por nós e que fala sobre ramais em quatro municípios do sul do Amazonas. A publicação traz dados inéditos da situação nos últimos cinco anos.

Outro destaque desta edição é o coletivo Doce do Tapiri, iniciativa liderada por mulheres de comunidades tradicionais do Careiro Castanho e que participou de um evento nacional em São Paulo. Elas levaram a maior cidade do Brasil os sabores trabalhados há gerações em receitas com riquezas da Amazônia que passaram de avós para mães e filhas.

Por falar em riquezas, a seção Ciência traz um artigo muito importante sobre bioeconomia na Amazônia, assunto sobre o qual devemos discutir exaustivamente, pois já passa da hora de colocarmos na prática. Com o mais recente ataque à Zona Franca de Manaus (ZFM), talvez a bioeconomia seja a melhor alternativa de diversificação econômica para o Amazonas. Leia e reflita.

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, DESMATAMENTO E COVID-19

No Diálogos da BR-319, falamos sobre a apresentação que fizemos a respeito da nota técnica do rio Manicoré. Os ânimos estão acirrados no território e a criação de uma Unidade de Conservação (UC) se mostra, cada vez mais, como a possibilidade de maior segurança aos moradores do local. Saiba mais no Minuto BR. Leia também a seção de monitoramentos e se informe sobre os dados de focos de calor, desmatamento e covid-19.

Para finalizar, temos uma nova organização membro, o Greenpeace! Eles se juntam a nós em um momento crucial de luta e vão agregar bastante à nossa atuação nos territórios da BR-319. Damos aqui, mais uma vez, as nossas boas-vindas! Sigamos!

Boa leitura!

Fernanda Meirelles


Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (CONSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO) NA RODOVIA BR 319/AM

<p>Órgão Licenciador: IBAMA Nº do Processo: 02005.000158/2016-31 Nº de LI: 1.111/2016 Prazo de Validade: 03/10/2022 Linha Verde: 0800-618080</p>	<p>Valor Total da Obra: R\$ 98.990.100,00 Comunidade: Manicoré/Beruri Objeto: Execução dos serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) na Rodovia BR 319/AM (Entr. BR - 174/AM/AM) Solicita Rodoviária Federal (RodoFAM) - Div. Am/RO, Subtrecho: Fim da Travessia do Rio Igapó-Açu - Entr. Br 174/AM (B)/AM-364 Segmento: Km 261,10 - Km 266,20, Estensão: 5,10 Km</p>	<p>Agentes Participantes: SR DNIT/AM e LCM Construção e Comércio S/A Início da Obra: 21/09/2020 Denúncias, Reclamações e Elogios: ouvidoria.gov.br</p>
--	--	--



IBAMA M M A

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Foto: Izabel Santos / OBR-319

Obras na BR-319 dentro da RDS Igapó-Açu.

Território de indígenas isolados na BR-319 está sem proteção há mais de quatro meses

Situação atenta contra a existência destes povos e contraria normas jurídicas que determinam garantias de bem-estar e livre autodeterminação.

Desde 12 de dezembro de 2021, a Terra Indígena (TI) Jacaréuba-Katawixi, localizada em um ponto sensível da área de influência da BR-319, está sem proteção legal. Na data, expirou a Portaria de Restrição de Uso estabelecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), medida que proíbe a entrada de não indígenas no território. A circunstância deixa a TI, onde vive um grupo de indígenas em isolamento voluntário denominado Katawixi, vulnerável. O mais preocupante, é que a situação acontece em um momento crucial da conjuntura política do País e do processo de licenciamento das obras do Trecho do Meio da BR-319, quando o Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental (CI-EIA) está sendo apresentado, ou entregue para apreciação das comunidades abrangidas pela medida.

“De modo geral, a situação dos indígenas em isolamento



Ramal da AM-366 que pretende ligar o município a BR-319 e que gera impacto em terra indígena em Tapauá.

Foto: Cristie Sicsú / OBR-319

na área de influência da BR-319 é grave”, destaca o gerente de povos isolados da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Luciano Pohl. “Em relação à TI Jacaréuba-Katawixi, desde 2006, o território vem sofrendo com desmatamento, especialmente, nas margens do rio Mucuim. Em 2016,



surgiram quilômetros de ramais na área”, destaca. Pohl explica que o território está localizado em uma área de pressão da BR-319: às margens da rodovia, na fronteira com as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, cercado por Unidades de Conservação que registram números expressivos de desmatamento e no caminho da expansão urbana de Porto Velho, capital de Rondônia.

A situação foi alvo de recomendação do Ministério Público Federal em março, mas nenhuma medida foi tomada. Segundo informações da Funai, repassadas pela Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação ao Observatório BR-319, o órgão indigenista cometeu um equívoco em relação à renovação da portaria. Na verdade, a medida teria expirado em 2017 e não em 2021 e, desde então, o território estaria desprotegido. No último mês de março, a Funai realizou uma expedição à TI para a renovação da Portaria de Restrição de Uso. No entanto, até a publicação desta edição do Informativo Observatório BR-319, ela não foi renovada.

No mapa produzido pelo Observatório BR-319 é possível no-

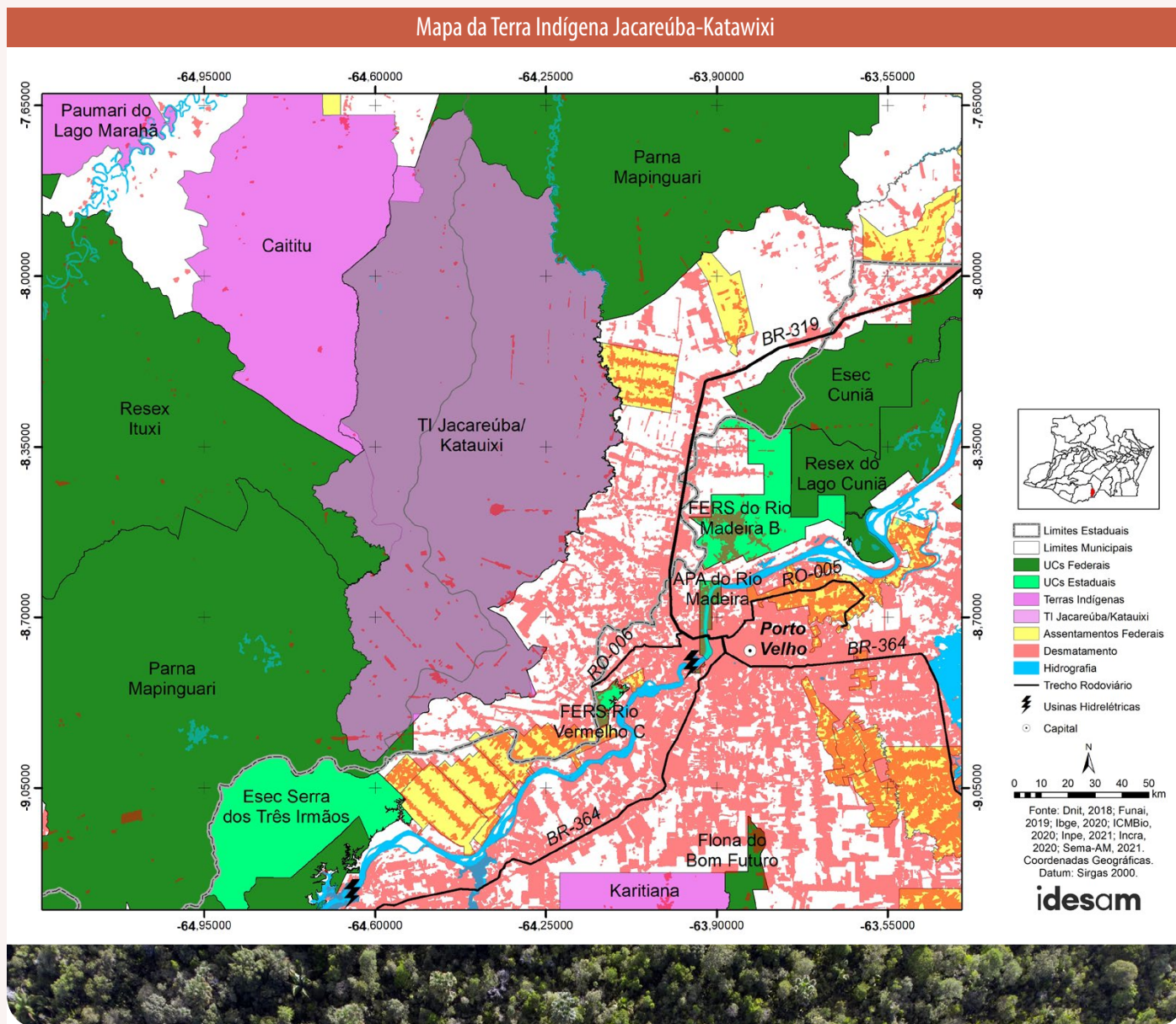
tar o avanço de ramais no território. Em um local destinado a um povo isolado, existem ramais e áreas desmatadas que se destacam nas imagens de satélite.

Em fevereiro e abril deste ano, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) **realizou as apresentações** do Componente Indígena do Estudo de Impacto Ambiental (CI-EIA) dos povos Mura, Apurinã e Parintintin. Os eventos aconteceram na Aldeia Palmeira, para os moradores da Terra Indígena Lago Capanã e da Terra Indígena Ariramba, e na Aldeia Traíra, para os moradores da Terra Indígena Nove de Janeiro.

IGNORADOS PELO LICENCIAMENTO

O processo de licenciamento da BR-319 deveria considerar a presença dos povos em isolamento, mas negligencia a situação desde sempre. Luciano destaca que o governo tem que garantir, entre outras coisas, a aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Portaria nº 60 da Funai. “Mas isso não é observado no processo da BR-319. O processo de licenciamento deveria considerar, pelo menos, condicionantes, planos básicos ambientais e resguardar as condições de estudos dos territórios com evidências da presença de grupos isolados”, explica.

“A opção pelo isolamento expressa o não consentimento dos Katawixi para a implementação de empreendimentos e de atividades que impactem seus modos de vida, neste caso, a BR-319.



Tem uma resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) que diz isso. De acordo com esse entendimento, o mais indicado seria fortalecer as equipes de campo para monitoramento e proteção do território. Ao longo da história, e em diversos casos, se usou o argumento da construção do empreendimento para fazer isso, como foi o caso do povo Uru-Eu-Wau-Wau”, acrescenta Luciano. “Com a intensificação do tráfego, e do tráfico, a influência do Trecho do Meio da BR-319 vai alcançar desde a TI Pirititi, na BR-174, até a BR-230, em Itaituba (PA), e a BR-364, em Rondônia”, avalia. “Infelizmente, a questão dos isolados é uma temática invisível, que não considera o impacto a eles”, diz o gerente da Coiab.

Para entender a complexidade do contexto que envolve os povos isolados o também indigenista da Coiab, Luiz Oliveira Neto, explica que os Katawixi, provavelmente, são do povo Kawahiva, sobreviventes de diversos massacres e dispersos em pequenos grupos entre o Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, ou de outro povo do tronco linguístico Arawá, como é o caso dos Paumari. Independente disso, eles tiveram o seu território dividido pela abertura da BR-319. “Essa divisão do território dos indígenas, por si só, é catastrófica. O grupo que vive na TI Jacareúba-Katawixi pode ser de dois ou mais povos. Eles podem tanto habitar a sudoeste do Trecho do Meio, quanto a oeste do trecho entre Humaitá e Porto Velho. Além disso, há de se

considerar que essa região tem ecossistemas únicos, que são os campos amazônicos”, diz Neto. A restrição de uso é o único instrumento que existe para proteção destes indígenas. “Por isso, a TI Jacareúba-Katawixi está sob restrição de uso, para estudos, para saber qual o grupo étnico vive ali, que recursos eles precisam para a manutenção do seu modo de vida, quais áreas eles usam e, enfim, entender quais são as necessidades deles para a delimitação do território com segurança. A não renovação da portaria é um ataque à existência dos indígenas isolados.”, acrescenta.

ESTUDOS APONTAM AMEAÇAS

Antes de expirar a Portaria de Restrição de Uso da TI Jacareúba-Katawixi, a Coiab publicou a nota técnica “Povos Indígenas Isolados e a BR-319”, em que alertava sobre a vulnerabilidade crescente dos territórios indígenas da área devido ao avanço do processo de licenciamento do Trecho do Meio. “As constantes notícias e iniciativas de reabertura, asfaltamento e manutenção da BR-319 ao longo de quatro décadas gerou um cenário propício à ilegalidade, especulação imobiliária, abandono das populações ao longo do eixo da BR, desmatamento ilegal, aumento do índice de violência de diversas ordens (tráfico de drogas, contrabando, prostituição infantil, roubo de cargas, garimpo ilegal)”, destacou a publicação. Mesmo assim, nenhuma medida foi tomada pelo governo federal, pelo con-

ENTENDA

Povos Indígenas Isolados são grupos que mantêm alto grau de independência nas relações que estabelecem com outras pessoas que não fazem parte do seu núcleo social, ou com quem não possui histórico contínuo de interação. São coletivos indígenas que vivem fisicamente apartados da sociedade nacional e evitam qualquer relação próxima, possivelmente em razão das experiências de contatos traumáticos causados pelos processos de colonização e de ocupação da região amazônica.



Foto: Ricardo Stuckert / Reprodução

trário, o processo de licenciamento tem avançado rapidamente nos últimos anos.

Agora, o Observatório BR-319 alerta sobre ameaças à TI Jacareúba-Katawixi através da nota técnica “**Abertura e expansão de ramais em quatro municípios sob influência da rodovia BR-319**”. O levantamento identificou o aumento de 1.593 quilômetros (km) na rede de ramais localizada na área de influência da BR-319 nos últimos cinco anos, o equivalente a abertura de quase duas rodovias BR-319 no período. Os números correspondem aos municípios de Canutama, Humaitá, Manicoré e Tapauá, no sul do Amazonas.

Os dados indicam que Canutama e Humaitá, além de possuírem uma dinâmica de abertura e expansão de ramais bastante relacionada à BR-319, apresentaram também um aumento recente dessa atividade, já que o ano de maior crescimento de ramais nesses municípios, na área de influência direta da rodovia, foi 2020. A publicação destaca que grande parte da rede de ramais nesses dois municípios está possibilitando uma forte pressão por ocupações ilegais nas Áreas Protegidas que possuem limites próximos à rodovia. Em Canutama, é possível notar uma extensa rede de ramais próxima ao Parque Nacional (Parna) Mapinguari e à TI Jacareúba-Katawixi, que possui 96% de seu território sobreposto a esse Parna. Da mesma forma, em Humaitá, é possível notar uma extensa rede de ramais na região do distrito de Realidade, promovendo pressão na Floresta Nacional (Flona) de Balata-Tufari.



Foto: Orlando K. Jr. / FAS



Foto: Ricardo Suckert / Reprodução

OUÇA:

- » A Funai contra os indígenas isolados

LEIA TAMBÉM:

- » Quatro povos indígenas isolados na Amazônia estão com proteção vencida ou perto de expirar
- » “Encontraram uma maneira de paralisar as ações da Funai em territórios indígenas”, diz ex-presidente da fundação
- » Há cinco meses, Funai ignora pedido de proteção a povo indígena isolado recém-localizado no sul do Amazonas



Interior em Foco

Delícias produzidas pelo Doce do Tapiri.

Coletivo de doceiras do Careiro Castanho participa de feira de Páscoa em São Paulo

Doce do Tapiri levou à maior cidade do Brasil delícias produzidas por mulheres de comunidades tradicionais do município.

Nos dias 26 e 27 de março, as mulheres do Coletivo Doce do Tapiri, representaram a Região Norte na Fiera dei Dolci, em São Paulo (SP). O evento é uma feira de Páscoa, promovida pelo centro gastronômico italiano **Eataly**, que levou à cidade produtores de doces artesanais de todo o Brasil, enaltecendo a diversidade da gastronomia brasileira. O coletivo amazonense proporcionou ao público provar os deliciosos sabores das comunidades tradicionais do Careiro Castanho, especialmente em compotas e geleias de frutas da Amazônia, biscoitos e a famosa castanhada, uma cocada à base de castanhada-amazônia, que fez sucesso com o público geral.

“As receitas destas guloseimas passam de geração para geração entre as famílias de comunidades tradicionais do Careiro Castanho”, conta Heidi Anny Nogueira, técnica de projetos voltados para mulheres e mobilização social da Casa do Rio. “E espaços como esse são importantes vitrines para o trabalho de mulheres amazônicas, que são empreendedoras e guardiãs dos segredos da gastronomia das suas comunidades. A participação em eventos como este, também



Mulheres do coletivo Doce do Tapiri na Feira em São Paulo.

Foto: Divulgação / Casa do Rio

é um reconhecimento pelo trabalho delas”, acrescenta. “Hoje, este coletivo é uma das iniciativas lideradas por mulheres apoiadas pela Casa do Rio. Elas recebem apoio desde a concepção da ideia até o produto final, com a possibilidade de imersões e intercâmbios entre iniciativas semelhantes para profissionalização”, concluiu Heidi.

O projeto Doce do Tapiri faz parte de uma das ações do LabCozinha, iniciativa da Casa do Rio que tem resgatado e potencializado a

culinária amazônica, sempre com produtos da sociobiodiversidade e sob a condução de mulheres das comunidades do município de Careiro. Desde 2014, a organização fomenta o empreendedorismo feminino, atuando na formação de mulheres das comunidades do entorno da rodovia BR-319. São focos a produção de: artesanato, alimentos agroecológicos e produtos como doces, geleias e polpas, cosméticos e fitoterápicos da floresta e dos quintais amazônicos.

Colaborou Luciano Lima, coordenador de comunicação da Casa do Rio.



Doces e compotas produzidos pelas mulheres do Careiro.

Foto: Divulgação / Casa do Rio



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19

Monitoramento de Focos de Calor

Em março de 2022, a Amazônia Legal e os estados do Amazonas e de Rondônia apresentaram queda no número de focos de calor em relação ao mesmo mês de 2021. As reduções foram de 15%, 6% e 16%, respectivamente. Já os municípios da BR-319 apresentaram aumento de 200%.

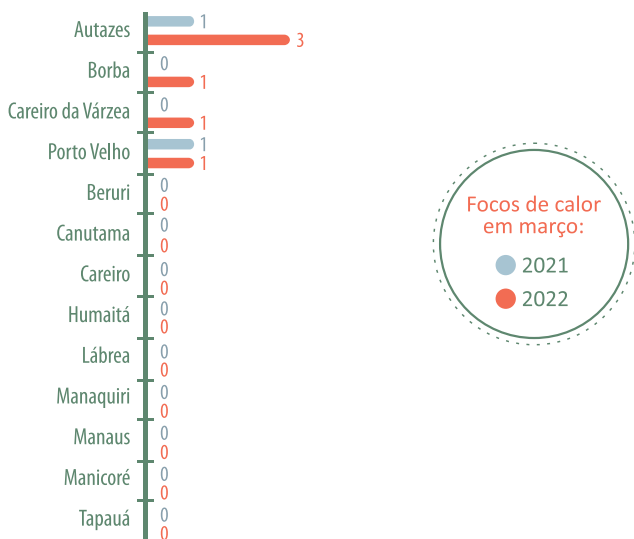
POUCOS FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319

Assim como é esperado para os meses mais chuvosos, em março, os municípios da BR-319 apresentaram um número baixo de focos de calor, com seis focos de calor no total, distribuídos em quatro municípios: Autazes, com três focos, e Borba, Careiro da Várzea e Porto Velho com um foco cada.

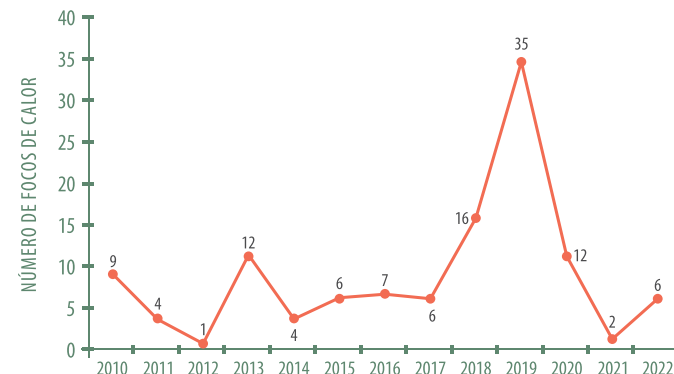
Nos outros nove municípios não foram detectados focos de calor nesse mês, com destaque para Tapauá, que não apresenta focos no mês de março desde o início da série histórica, em 2010.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MARÇO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MARÇO DE 2021



* Porto Velho manteve o mesmo valor apresentado em março de 2021.



ÁREAS PROTEGIDAS

Em março, a Terra Indígena (TI) Sissaíma apresentou um foco de calor em seu território. Essa foi a única detecção nas 69 TIs monitoradas pelo OBR-319. Nenhuma Unidade de Conservação (UC), das 42 monitoradas, apresentou registro de focos de calor em março.

1%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

0%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS



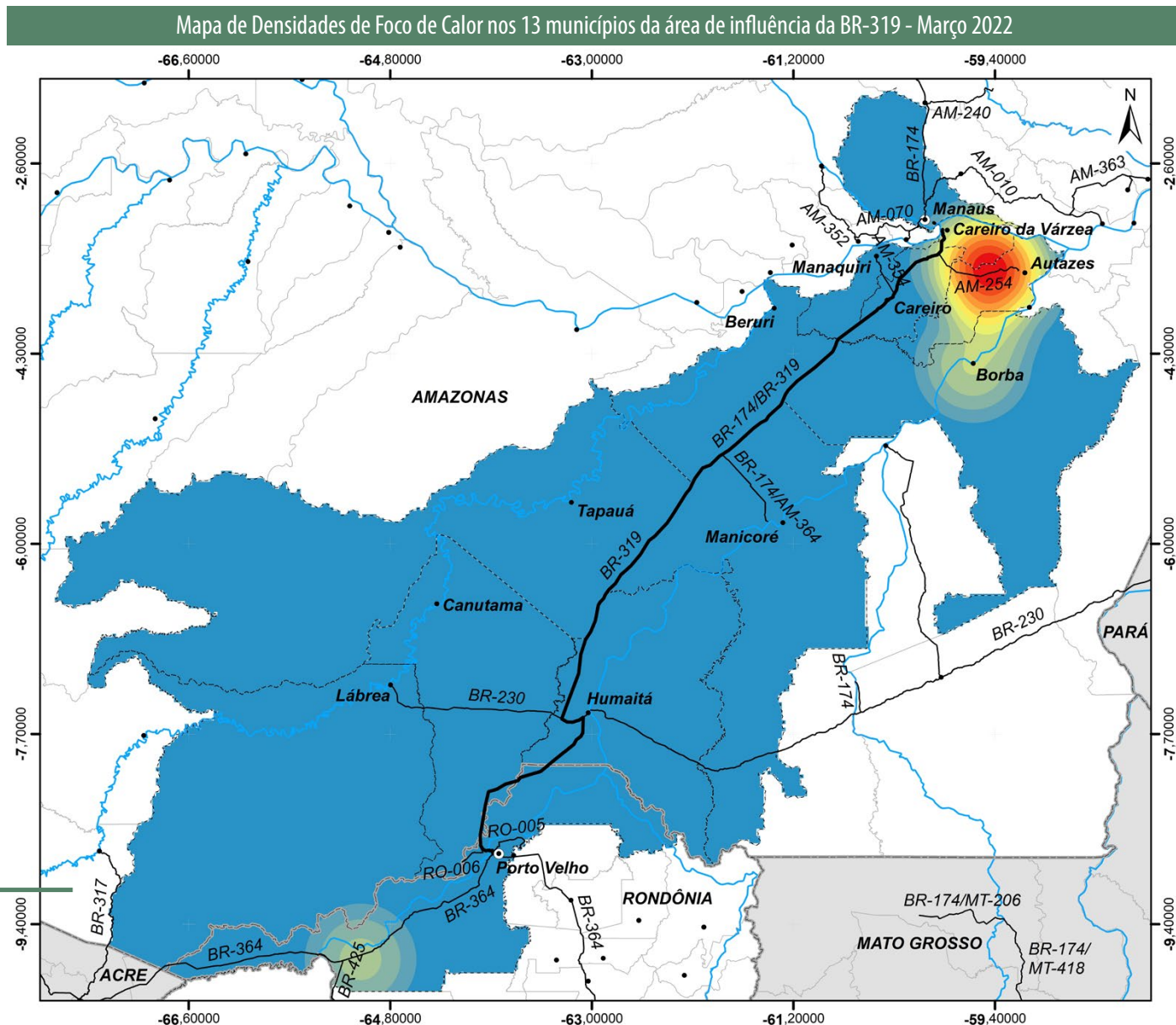
LISTA DE UCs MONITORADAS



Fotos: Acervo / Idesam



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.



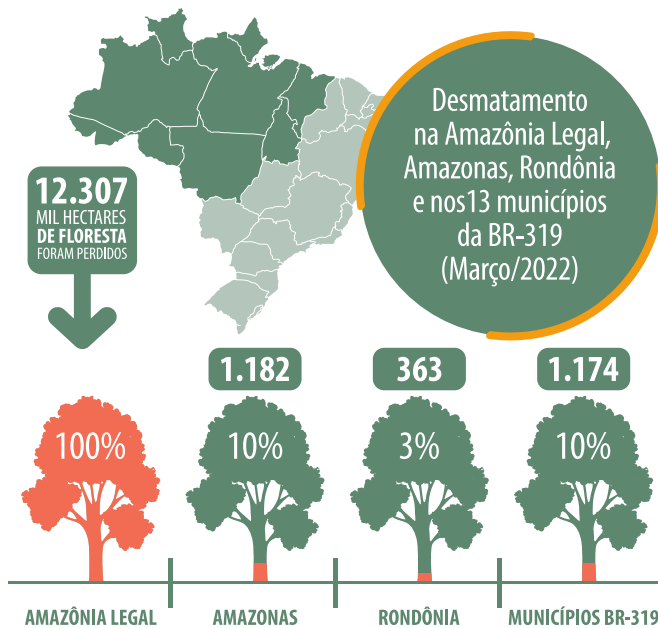
Monitoramento de Desmatamento

Em março de 2022, a Amazônia Legal, os estados do Amazonas e de Rondônia, e os municípios da BR-319 apresentaram redução expressiva do desmatamento em comparação a março de 2021, de 85%, 88%, 96% e 78%, respectivamente.

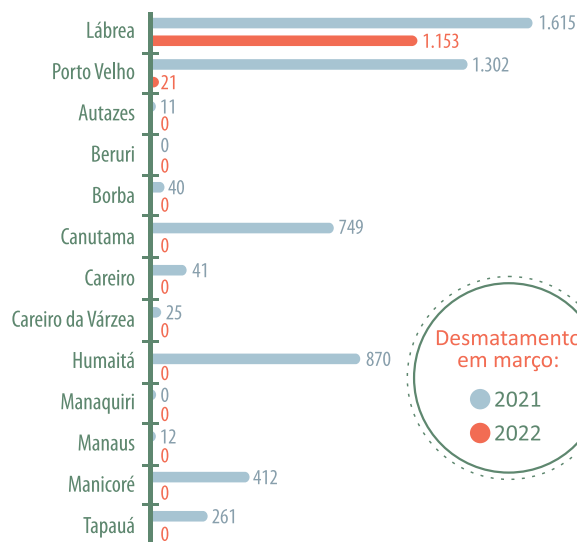
QUEBRA DE RECORDES DE DESMATAMENTO EM MARÇO PARA OS MUNICÍPIOS DA BR-319

O ano de 2022 quebrou uma sequência de dois anos de recordes de desmatamento nos municípios da BR-319 no mês de março. Neste ano, 11 municípios apresentaram redução do desmatamento em comparação a março de 2021 e 11 apresentaram desmatamento zero.

Lábrea, que liderou o ranking de desmatamento dos municípios da BR-319, apesar de ter apresentado queda de 29% em relação a março de 2021, foi o 2º município mais desmatado entre todos da Amazônia Legal ([Boletim do Imazon](#)). Além disso, o desmatamento em Lábrea, nesse mês, representou 97% de todo desmatamento detectado no estado do Amazonas.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MARÇO DE 2021

AUMENTOU

- Nenhum município.

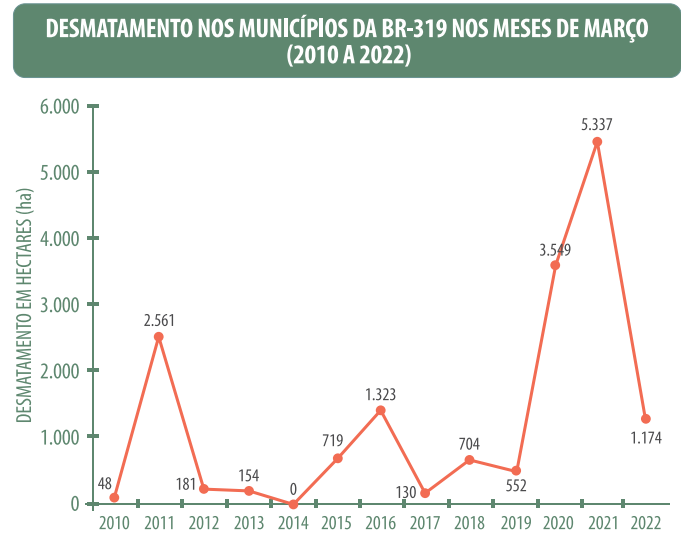
DIMINUIU

- Autazes (100%)
- Borba (100%)
- Canutama (100%)
- Careiro (100%)
- Careiro da Várzea (100%)
- Humaitá (100%)
- Manaus (100%)
- Manicoré (100%)
- Tapauá (100%)
- Porto Velho (98%)
- Lábrea (29%)

DESMATAMENTO ZERO EM MAR/2021

- Autazes
- Beruri
- Borba
- Canutama
- Careiro
- Careiro da Várzea
- Humaitá
- Manaquiri
- Manaus
- Manicoré
- Tapauá

Beruri e Manaquiri mantiveram o desmatamento zero apresentado em março de 2021.





ÁREAS PROTEGIDAS

Em março, somente a Floresta Nacional (Flona) do Iquiri apresentou desmatamento entre as 42 Unidades de Conservação (UCs) monitoradas. O desmatamento de 13,4 ha foi o recorde dessa UC para o mês de março, desde 2010.

Nenhuma das 69 Terras Indígenas (TIs) monitoradas pelo Observatório BR-319 apresentou desmatamento em março de 2022.

0%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

2%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO



LISTA DE TIs MONITORADAS

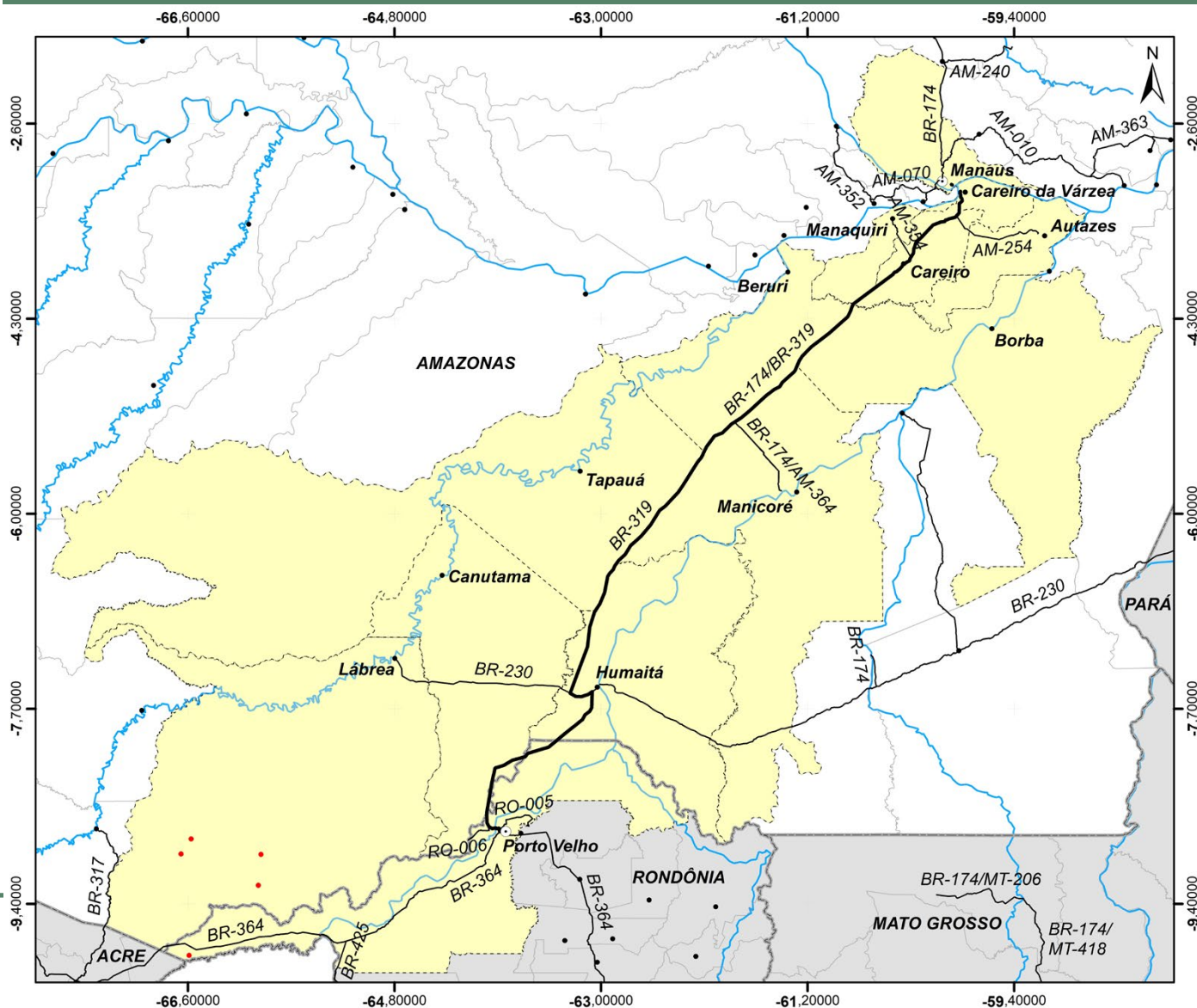


LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Março 2022



Monitoramento da covid-19

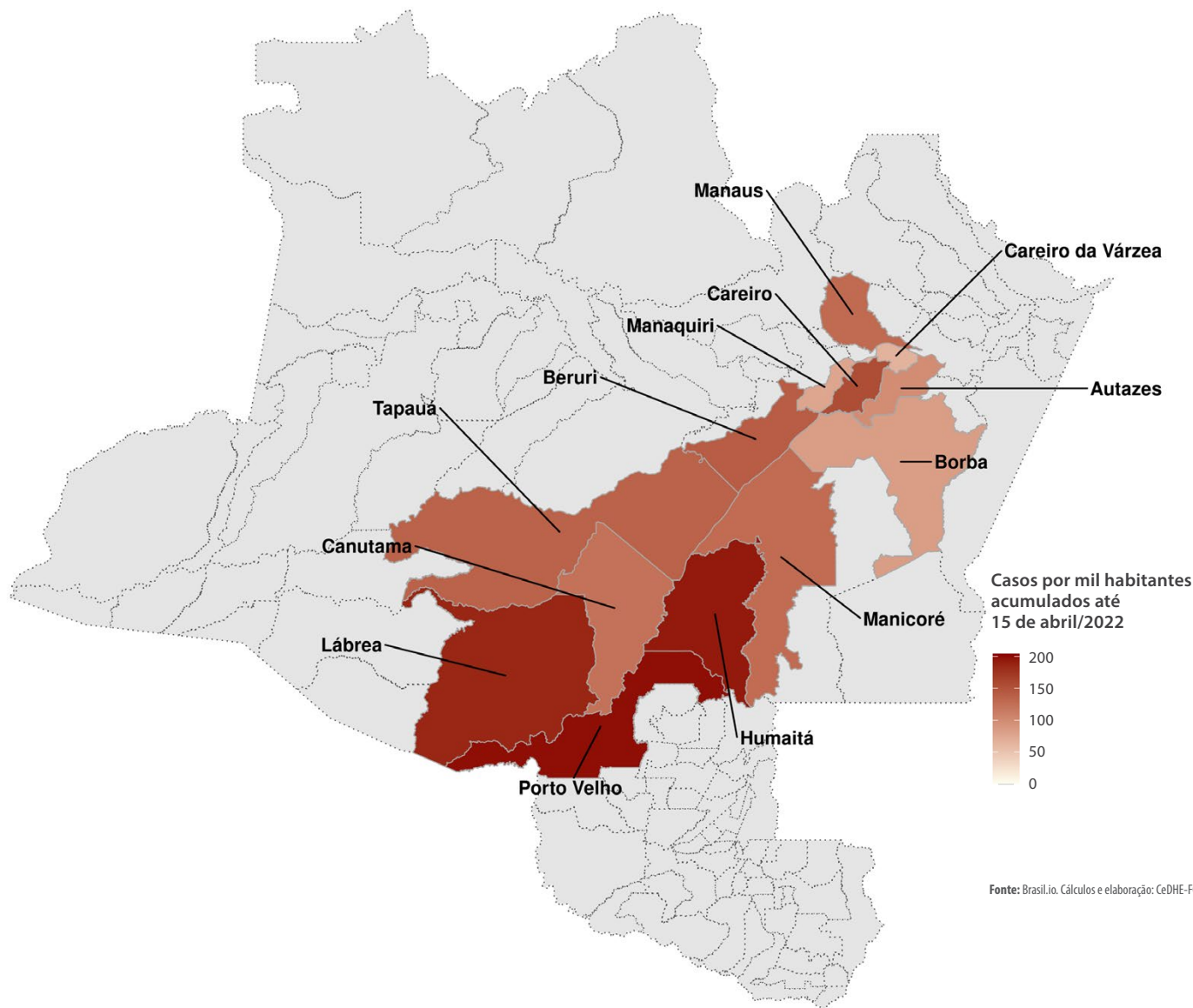
VACINAÇÃO

Com um número cada vez menor de óbitos e internações, a vacinação nas capitais da BR-319 segue avançando, mas a passos mais lentos. Manaus (AM) ultrapassou a marca de 70% da população com imunização completa, já Porto Velho (RO) este cenário só alcança 61,5% dos seus moradores. Em relação à 1ª dose de reforço, em Manaus e Porto Velho a aplicação alcançou 7% e 23% do total da população, respectivamente.

NOVOS CASOS

Entre 15 de março e 15 de abril, dos 13 municípios sob influência da BR-319 somente Manaus e Porto Velho registraram mais de 100 novos casos de covid-19. Porto Velho apresentou a maior taxa de aumento de casos em relação acumulado até dia 15 de março, com 9,06% de aumento, o que representa 9,06 mil novos casos. Tapauá vêm logo em seguida, com 1,59% de aumento, representando 36 novos casos. Mais nenhum município apresenta uma taxa maior que 1%.

Mapa das áreas com casos de covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319 - acumulado até 15 de abril/2022.





CASOS ACUMULADOS

Em Manaus, já são 290 mil casos de covid-19 desde o início da pandemia até o dia 15 de abril de 2022; 109 mil em Porto Velho; 11 mil em Humaitá e 8,9 mil em Lábrea. Nos 13 municípios sob influência da BR-319, os casos acumulados do novo coronavírus somam aproximadamente 453 mil.

Em termos relativos ao total da população, Porto Velho apresenta a maior taxa de casos, em torno de 206 casos por mil habitantes, seguido por Humaitá, também com mais de 200 casos por mil habitantes. Em seguida, Lábrea é o município com o maior número relativo de casos acumulados, com mais de 190 casos por mil habitantes. Ainda com números altos, Careiro apresenta mais de 150 casos por mil habitantes e Beruri apresenta mais de 140 casos por mil habitantes.

ÓBITOS

Entre 15 de março e 15 de abril, foram registrados 39 óbitos nos 13 municípios sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia, até o último dia 15, 13.130 mil perderam a vida por causa da doença.

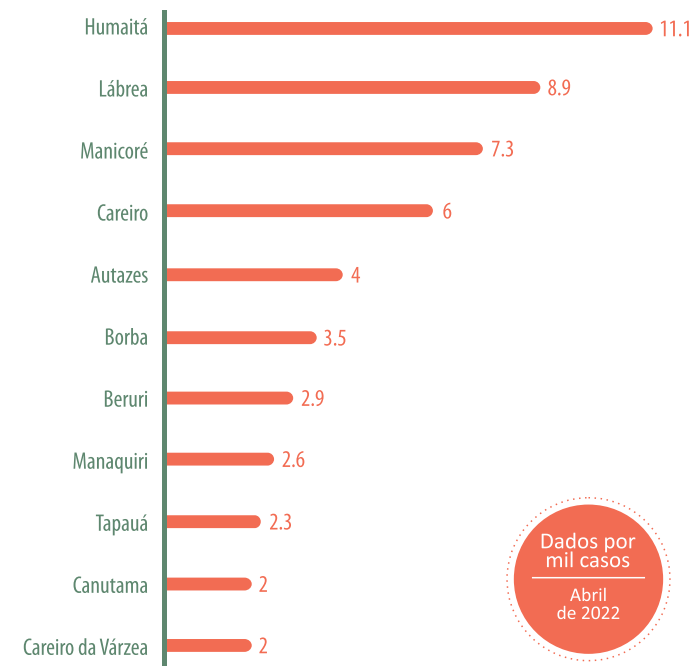
O maior aumento relativo de mortes se deu em Carreiro da Várzea, com dois óbitos, representando um aumento de 7,7% no número acumulado desde o início da pandemia. Em termos absolutos, Porto Velho apresentou o maior aumento, com 24 mortes, o que corresponde a um aumento de 0,91%.

VARIAÇÃO PERCENTUAL DE CASOS EM MARÇO COM RELAÇÃO A FEVEREIRO NOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319

MUNICÍPIOS	VARIAÇÃO %
Autazes	0%
Beruri	0,45%
Borba	0,06%
Canutama	0%
Careiro	0%
Careiro da Várzea	0%
Humaitá	0,13%
Lábrea	0,05%
Manaquiri	0,08%
Manaus	0,62%
Manicoré	0,04%
Porto Velho	9,02%
Tapauá	1,59%

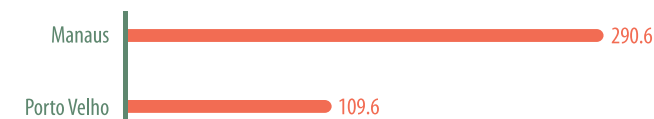
Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



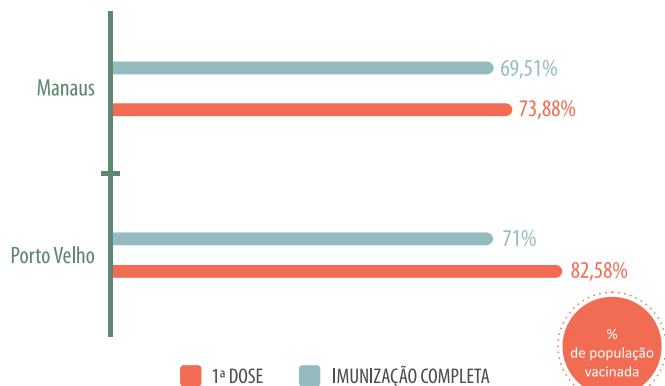
Dados por mil casos
Abril de 2022

CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Fonte: Brasil.io e <https://github.com/wcota/covid19br>. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

VACINAÇÃO - CAPITALS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - ABRIL 2022



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: CeDHE-FGV.

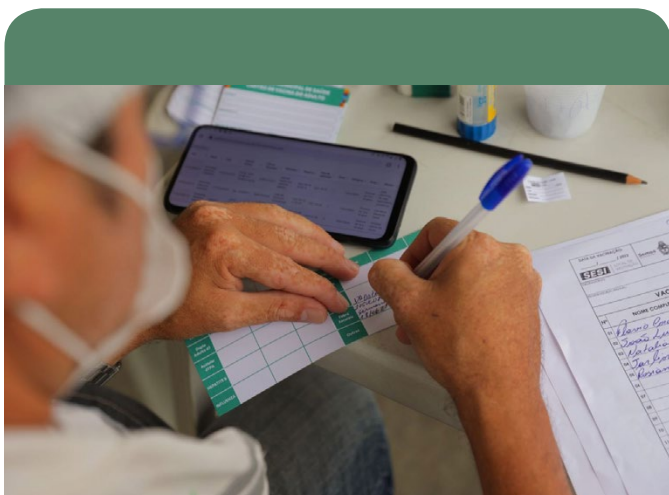
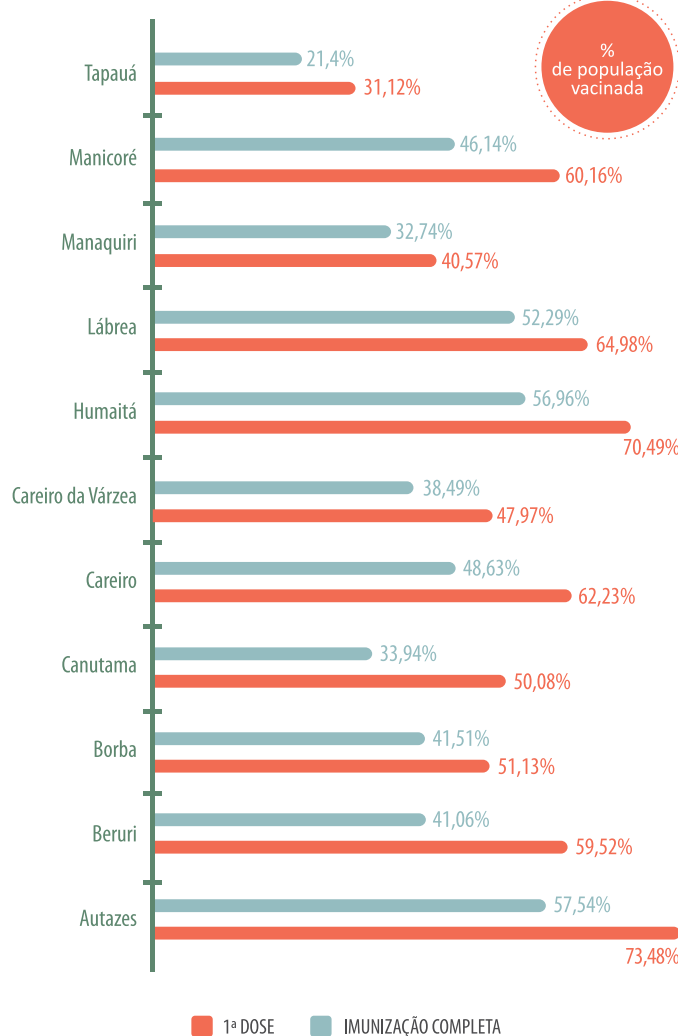


Foto: Rodrigo Santos / SES-AM

CLIQUE AQUI E ACOMPANHE A VACINAÇÃO EM CADA ESTADO

VACINAÇÃO - 11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - ABRIL 2022



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: CeDHE-FGV.

NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- Painel Conass Covid-19

NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas

NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19



Diálogos da BR-319



Observatório BR-319 apresenta resultados da nota técnica sobre o rio Manicoré

Território é um dos mais pressionados da área de influência da rodovia.

O território do rio Manicoré foi protagonista da apresentação do Observatório BR-319 realizada na Reunião de Governança Ambiental do Trecho do Meio, em 1º de abril. Na ocasião, uma das autoras da nota técnica **“Análise histórica e socioambiental do processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Manicoré”**, a pesquisadora Tayane Carvalho, destacou resultados da apuração para produção da publicação e falou sobre o contexto que envolve o território.

Desde 2008, moradores do local lutam pela criação de uma Área Protegida como forma de combater o desmatamento e as invasões que pressionam o território. No entanto, após um processo turbulento e pouco transparente, que se arrastou por cerca de dez anos, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM) arquivou o processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Manicoré. Em dezembro de 2021, em reunião com membros da Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim), na sede do órgão e com a presença de diversas autoridades, o secretário Eduardo Taveira assegurou a reabertura do processo.



Cachoeira do Inferno no rio Manicoré.

Porém, isso não aconteceu até o momento e os moradores do rio Manicoré seguem sem um posicionamento oficial da Sema. “O mais importante, agora, é que o processo seja desarquivado”, avaliou Tayane Carvalho. “Acredito que não será necessário realizar novas oficinas, mas vai ser preciso atualizar dados ambientais e socioeconômicos da região, porque isso foi feito em 2013, e uma nova consulta pública, porque a maioria da população, agora, está interessada [na criação da



Foto: Jolemia Chagas / Reta

RDS], eles querem uma RDS, pois o conflito está grande [no rio Manicoré] e eles estão assustados, eles têm sofrido ameaças, tem pessoas que estão fazendo georreferenciamento e oferecendo dinheiro para eles [os moradores]”, acrescentou a pesquisadora.

A representante da Sema-AM na reunião, Ana Cláudia Leitão, disse que o processo só será reaberto mediante manifestação de moradores do território. “É importante que os moradores das comunidades fortaleçam os pleitos das lideranças”, afirmou Ana Cláudia. Segundo ela, a atuação de lideranças em favor da criação da RDS não é o bastante, sendo necessário que a maioria dos moradores das comunidades se posicionem a favor da criação da RDS. Atualmente, a Caarim está coletando assinaturas em cada uma das comunidades do território para a reabertura do processo. “A hora que o documento chegar à Sema, daremos andamento ao processo”, garantiu Ana Cláudia.

As Reuniões de Governança Ambiental do Trecho do Meio da BR-319 são on-line e acontecem na primeira sexta-feira de cada mês. Para mais informações entre em contato com o Observatório BR-319 no (92) 98197-0012.



Ciência



Repensar a bioeconomia na Amazônia

Por **Adalberto Luis Val**

A Amazônia brasileira demanda ações imediatas para superar o contraste entre os seus baixos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) e a riqueza dos recursos naturais renováveis do seu entorno.

É urgente focar no bem-estar das comunidades locais para elevar a qualidade de vida, promover a distribuição mais equânime de oportunidades e conservar a biodiversidade. A bioeconomia tem se apresentado como um dos caminhos para alcançar estas soluções. O primeiro passo, é o estudo das cadeias de valor pela perspectiva dos que produzem localmente, seguido pela identificação dos componentes destas cadeias e as relações entre os agentes. As organizações não governamentais, a academia e outras instituições semelhantes são capazes de potencializar as oportunidades da biodiversidade. Isso pode acontecer por meio



Foto: Reprodução

O cientista Adalberto Luis Val lidera iniciativa de bioeconomia no AM com financiamento da Fapeam.

do assessoramento técnico para o aumento da produtividade, do controle da qualidade por serviços especializados, da certificação do produto, da infraestrutura digital e da logística eficaz para o acesso aos mercados locais, nacional e internacional.

No Brasil, o conceito de bioeconomia tem sido amplamente debatido com atores públicos, privados e academia. As “**Diretrizes para a Construção Conceitual da Bioeconomia no Amazonas**” relacionam o conceito de bioeconomia com atividades econômicas

baseadas na produção, comercialização e distribuição dos ativos ambientais da sociobiodiversidade amazonense, voltados à produção florestal (madeira e não madeira), fármacos, química fina, pescado e fruticultura, possibilitando a interiorização do desenvolvimento e promovendo o empoderamento das comunidades tradicionais, sem deixar ninguém para trás.

O repensar da bioeconomia na Amazônia visa o estabelecimento de novos mecanismos de financiamento para iniciativas verdes e para o pagamento por serviços ambientais. Isso quer dizer que precisamos criar um modelo de desenvolvimento para a biodiversidade, baseado em soluções inovadoras e replicáveis focadas nos pequenos e médios agricultores. O desenvolvimento sustentável também exige governança alinhada com indicadores de resultados que priorizem a geração de bem-estar, a conservação dos rios e a manutenção da floresta em pé.



Texto gentilmente adaptado pelo pesquisador Adalberto Luis Val (Inpa) a partir do artigo de mesmo nome em coautoria com o também pesquisador Jacques Marcovitch (USP). Ambos são coordenadores do Projeto Bioeconomia que conta com o apoio da Fapeam e da Fapesp.



Minuto BR



Rio Manicoré



A secretária de Direitos Humanos do CNS, Sílvia Elena Batista, **sofreu uma tentativa de agressão** pelos vereadores da cidade de Manicoré, Charles Meireles (MDB) e Newton Cabral de Azevedo Neto (PSD). O fato ocorreu durante reunião de organizações indígenas e comunidades tradicionais extrativistas com procurador do Ministério Público Federal (MPF), Fernando Merloto Soave, para debater a CDRU do território do rio Manicoré dada pelo governo do Amazonas. Esta não é a primeira vez que Sílvia, ativista socioambiental de longa data, lida com hostilidades. Em 2016, **ela e outras lideranças do território** sofreram ameaças de morte em função do processo de implantação da RDS no local. Na época, o **MPF pediu** proteção policial e que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República adotasse providências no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

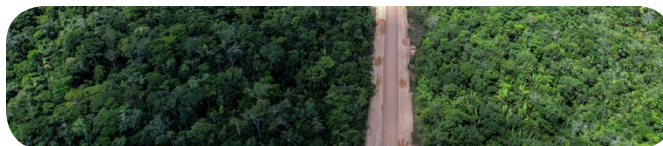


Foto: Reprodução

Representação



O deputado federal Zé Ricardo (PT-AM) entrou com representação no **MPF** e **MPE-AM** após receber denúncias de membros da CPT de Tapauá. Os relatos, que já foram notícia neste Informativo, dão conta de que ribeirinhos e indígenas estão sofrendo ameaças de morte de grileiros em Áreas de Proteção de responsabilidade do Estado e da União. A solicitação é para que os órgãos apurem todos os fatos e adotem as medidas cabíveis, a fim de garantir os direitos básicos dessas populações, que se sentem ameaçada, como ainda a preservação do meio ambiente.



Mais



De acordo com as denúncias, grileiros estão abrindo uma estrada de forma ilegal e arbitrária, atravessando a Floresta Estadual (FES) Tapauá, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamandua e a Floresta Nacional (Flona) Balata-Tufari. O objetivo dessa obra seria conectar o Seringal Realidade, em Humaitá, na BR-319, com a sede de Tapauá, para facilitar a exploração da floresta, propiciando a vazão dos produtos, como no caso do plantio de soja e da criação de gado.

MAPA DOS CONFLITOS

Uma década de violência e injustiça fundiária na Amazônia Legal

Pública



Mapa



Agora está mais prático acessar informações sobre conflitos no campo no Brasil. A Agência Pública e a CPT **desenvolveram um site** para facilitar a visualização do mapeamento destes conflitos.

União



O **Greenpeace** é a mais nova organização membro do OBR-319. Com a adesão, já somos 11 membros mobilizados atuando na BR-319. Neste primeiro momento, o foco das ações da organização será territórios ameaçados no sul do AM e RO. Acompanhe as novidades nas nossas próximas publicações.



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Emanuelle Araújo (Up Comunicação Inteligente), Fernanda Meirelles (Idesam),
Larissa Mahall Marinho (Idesam), Luciano Lima (Casa do Rio) e Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
the global coalition against corruption



GREENPEACE

